

Organização e Representação da Informação do Projeto “Mesas do Castelhinho” no Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

Organization and Representation of Information of the Project “Mesas do Castelhinho” at the Center for Archaeology of the University of Lisbon

MATILDE SECA

Investigadora integrada do Centro de Estudos Clássicos da
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Ciências da Documentação e
Informação

matilde.isabel@edu.ulisboa.pt

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-6104-7572>

Artigo entregue em: 7 de maio de 2023

Artigo aprovado em: 19 de maio 2023

RESUMO

Os arquivos arqueológicos unem a área da ciência da informação e a área da arqueologia, o que não é comum nas investigações, uma vez que é delegado aos arqueólogos o papel de ‘arquivista’ relativamente à documentação que resulta de projetos arqueológicos. A evolução da valorização dada ao património arqueológico tornou necessária a tarefa de representação dos materiais arqueológicos em sistemas de informação. Este artigo pretende, através de uma revisão de literatura, definir os arquivos, a arqueologia e os arquivos arqueológicos e a contextualização do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ) e do Projeto

“Mesas do Castelinho”, para que, através de um quadro de classificação que assenta nos estatutos da UNIARQ, se possa descrever os materiais que provêm deste projeto numa plataforma *online*, tornando-os acessíveis para potenciar novas investigações.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia; Arquivo Arqueológico; Mesas do Castelinho; Organização Arquivística.

ABSTRACT

Archaeological archives bring together the field of information science and the field of archaeology, which is not common in research, since archaeologists are delegated the role of ‘archivist’ regarding the documentation that results from archaeological projects. The evolution of the value given to archaeological heritage has made necessary the task of representing archaeological materials in information systems. This article intends, through a literature review, to define archives, archaeology and archaeological archives and the contextualization of the Archaeology Centre of the University of Lisbon (UNIARQ) and the Project “Mesas do Castelinho”, so that, through a classification framework which is based on the UNIARQ statutes, it is possible to describe the materials that come from this project in an online platform, making them accessible to enhance new investigations.

KEYWORDS: Archaeology; Archaeological Archive; Mesas do Castelinho; Archival Organization.

Introdução

Este artigo tem como objetivo dar maior significado aos arquivos arqueológicos que, graças à importância dada ao património arqueológico, têm vindo a crescer. Utilizando como exemplo o trabalho realizado no Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ), foi criado um sistema de informação, ou seja, um arquivo digital, tendo por base o Projeto “Mesas do Castelinho”, o qual originou bastante documentação.

A partir do relatório de estágio elaborado no âmbito do Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, esta documentação, que merece ser preservada e conservada, foi descrita na plataforma *Archeevo*, de modo a torná-la acessível e incentivar o contributo de outros investigadores.

ARQUEOLOGIA NOS ARQUIVOS

– Arquivo

Atualmente, é sabido que se tem vindo a dar cada vez mais importância às instituições de memória, denominação dada aos “museus, arquivos e bibliotecas, entre outros lugares de memória material e imaterial” (Ruivo, 2019, p. 20). Salientam-se, de entre estes, os arquivos, sabendo que foi no período medieval que se difundiu a utilização do termo ‘arquivo’, para distingui-lo dos restantes, pois não se ficava pela coleção de livros, mas também de documentos ou objetos que pudessem ter importância para a história nacional de cada país.

Mais tarde, o objetivo dos arquivos começou a passar não só pela coleção destes materiais, mas também pela gestão e conservação dos mesmos, através da “ordenação física dos documentos num determinado espaço, a sua descrição e classificação” (Silva, 2015, p. 111) de modo a poderem ser localizados e disponibilizados para consulta, “colocando(-os) ao serviço da ciência” (Marques, 2010, p. 19).

Tendo em conta a natureza dos objetos ou documentos que fazem parte de um arquivo, de acordo com Marques (2016), um arquivo só se encontra verdadeiramente organizado quando é realizada uma descrição dos mesmos, já que “a organização permite a estruturação física e intelectual dos documentos, enquanto que através da descrição se recupera a informação sobre o contexto e o assunto da documentação” (p. 40). Isto significa que a descrição da informação funciona como um instrumento mediador entre os utilizadores e a informação, já que é esta que permite, tal como foi referido anteriormente, a sua localização e disponibilização ao público.

Podemos ir ainda mais longe ao afirmar-se que o termo ‘arquivo’ pode ser considerado polissémico (Silva, 2019), ao apresentar-se como “o lugar onde se guardam os documentos, a instituição, o edifício, o serviço, ou por uma instituição e a própria função de organização dos documentos” (p. 54).

Não existindo uma definição definitiva de arquivo, enumeram-se em seguida algumas delas:

Segundo o *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia* (Cunha & Cavalcanti, 2008, p. 24), o arquivo é um “conjunto de documentos, quaisquer que sejam as suas datas, formas e suportes físicos, produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, ou por instituição pública ou privada, em decorrência das suas atividades”. Já no *Dicionário do Livro – da Escrita ao Livro Eletrónico* (Faria & Pericão, 2008, p. 96), a definição de arquivo surge como um

Conjunto orgânico de documentos, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou coletiva ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua atividade e organizados e conservados de forma permanente ou durante um período de tempo determinado, a título de prova ou informação, qualquer que seja a forma ou o suporte material.

Tendo em conta que existem nos arquivos diversos documentos e objetos, que têm naturezas diferentes, Marques (2010) refere que se encontram nos arquivos “atos, testemunhos, provas, leis ou ainda registos de atos subsequentes” (p. 27), quer sejam manuscritos, impressos ou estejam em formato audiovisual.

– Arqueologia

A arqueologia, como disciplina científica, começou a consolidar-se no século XIX (Fabião, 1989) e, atualmente, pode definir-se como uma área “interdisciplinar”, no sentido em que inclui uma parte prática e outra teórica. Estas duas fases têm como objetivo “reconstituir vivências passadas e os seus enquadramentos espaciais, cronológicos e culturais, a partir dos registos observados” (Fabião, 1989, p. 10). A parte prática verifica-se no trabalho de campo arqueológico, que decorre de “destruir as suas próprias provas, ao remover, pela escavação, os objetos do seu contexto” (Perrin et al., 2019, p. 10). Tal como legisla o Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 270/99 (1999, p. 4412), pode definir-se que os trabalhos arqueológicos têm como objetivo

Deteção, o estudo, a salvaguarda e valorização de bens do património arqueológico usando métodos e técnicas próprios da arqueologia, independentemente de se revestirem ou não de natureza intrusiva e perturbadora, nomeadamente prospeções, ações de registo, levantamentos, estudos de espólios de trabalhos antigos guardados em depósitos, sondagens e escavações arqueológicas, ações de conservação ou de valorização em sítios arqueológicos.

Em relação à parte teórica, esta visa a contextualização do projeto, e tem a ver com a elaboração de relatórios, quer sejam de progresso, preliminares ou finais; com a organização da documentação que surge na exploração de um sítio arqueológico e, conseqüentemente, com a sua interpretação para construção de conhecimento histórico. Para além dos relatórios, pode existir outra documentação relativa a um projeto, quer

sejam cartas arqueológicas, desenhos, fotografias, diapositivos, provas de contacto, entre outros.

Este tipo de documentação, considerada relevante independentemente da sua natureza, é importante para o conhecimento científico, no sentido em que apoia estudos e divulgações de carácter científico e cultural futuras.

– Arquivo Arqueológico

Sabendo que são os arqueólogos que detêm as competências no que toca à área da arqueologia e dos documentos que provêm das suas ações, até recentemente eram eles que se preocupavam com a conservação dos referidos documentos, já que a evolução da disciplina da arqueologia, que se tem vindo a observar, e que tornou as análises contextuais e científicas mais complexas (Perrin et al., 2019), confirmou a indispensabilidade da existência de um arquivo que tivesse em conta todo o tipo de documentação em formato digital, ou seja, através de um modelo de gestão de informação.

Neste sentido, os sistemas de informação são imprescindíveis para a preservação de documentos, “passando pelo registo, inventário e catalogação, pela conservação e pelo estudo ou projetos de investigação, base de interpretação, comunicação e mediação” (Filipe, 2014, p. 6).

Em relação a esta nova vertente, que interliga a arqueologia com a ciência da informação, de acordo com Swain (2012, p. 2), a arqueologia arquivística denomina a “gestão e (...) utilização de arquivos arqueológicos para investigação”, reunindo “achados, registos e dados associados que resultam de um trabalho de campo arqueológico, normalmente, mas nem sempre, de escavação”.

Já de acordo com Perrin et al. (2019), utiliza-se o termo arquivo arqueológico quando nos estamos a referir à “(descrição de) todos os documentos ou materiais (achados) produzidos no decorrer de um projeto arqueológico e selecionados para arquivamento” (p. 19), e compreende dois elementos: o arquivo documental, que consiste nos registos e documentação produzidos quando de um projeto arqueológico; e o arquivo material, que contém objetos e amostras, embora os materiais dos projetos sejam também considerados documentos, o que dá origem a um processo dinâmico que “tem início no momento em que um projeto é planeado” (Perrin et al., 2019, p. 19), se bem que os documentos em suporte papel também apresentam a sua materialidade.

Um arquivo arqueológico integra, deste modo, “bens arqueológicos móveis, tais como artefactos, ecofactos e amostras, respetivo inventário e demais documentação produzida no decurso dos trabalhos de campo e de gabinete” (Sousa et al., 2015, p. 268).

Considerado o volume e diferentes naturezas dos materiais arqueológicos, em Portugal, foi nos anos 80 que se introduziram novas tecnologias na área da arqueologia, o que “melhorou os procedimentos de documentação e gestão de coleções” (Barroso, 2019, p. v). Neste sentido, é importante mencionar o papel do Instituto Português de Arqueologia (IPA) e do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR), determinantes para a conservação destes documentos, no sentido em que tinham como objetivo preservar e colecionar documentos.

Existem em Portugal dois exemplos de sistemas de informação com o objetivo de gerir a informação acumulada nos projetos arqueológicos, sendo um deles o *Alcaide*, que surgiu em 2008 e permite “projetar as várias fases da escavação e da análise dos resultados” (Carvalho, 2019, para. 1), e tem como vantagens a “segurança na preservação da informação, a redução de tempo e esforço na execução das tarefas, a geração automática de plantas e matrizes e a produção de relatórios automáticos, inclusive para reportar à tutela” (Carvalho, 2019, para. 1); e o *Endovéllico*, um Sistema de Informação e Gestão Arqueológica, sendo a “plataforma eletrónica de acesso à informação sobre o património arqueológico que integra os dados registados na base de dados da Direção Geral do Património Cultural (DGPC) (*Endovéllico*), disponível através da página eletrónica da DGPC” (Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro), que a partir de 1998 passou a disponibilizar *online* os seus conteúdos.

De acordo com Sousa (2013), a arqueóloga sustenta que “apesar deste esforço meritório de gestão da informação, com uma abrangência pouco comum no panorama europeu, a divulgação da informação é sem dúvida muito lacunar” (p. 41), o que indica que há muita documentação que não está acessível para a sua audiência principal, a comunidade científica nacional e internacional.

É também importante mencionar que para a criação destes arquivos arqueológicos é necessária a noção internacional de normalização, que “estabelece um vocabulário técnico normalizado, através dos instrumentos de controlo e validação dos dados arqueológicos” (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2022), que mais tarde permitirá que “os dados possam ser recuperados utilizando um protocolo de comunicações normalizado, aberto, gratuito e de implementação universal” (Almeida, 2022), através de um quadro de classificação para o registo de dados arqueológicos.

A área da arqueologia tem quase tudo a fazer no que respeita ao trabalho de organização e representação da informação arqueológica, independentemente da sua natureza (arquivística, biblioteconómica, museológi-

ca, etc.), com o objetivo de preservação, valorização e reutilização. Este é um trabalho que deve ser realizado no âmbito da gestão cultural, ou mais concretamente do património cultural arqueológico. Esta informação é de grande importância, sendo interessante promover o acesso à mesma, nomeadamente por parte da comunidade arqueológica, de modo a facilitar a

Conservação dos sítios arqueológicos e a divulgação de normativos da responsabilidade da tutela, ou a implementação de códigos éticos e profissionais por associações de arqueólogos e entidades e, em geral, do maior esforço na divulgação (Sousa, 2013, p. 42).

Metodologia

A realização desta investigação baseou-se sobretudo no método qualitativo, através de uma investigação documental qualitativa, com o objetivo de contextualizar os arquivos e o seu papel, do estado do estudo da arqueologia e dos seus arquivos. Para além disso, foi também um dos objetivos apresentar a UNIARQ enquanto entidade e o Projeto “Mesas do Castelinho”.

A revisão de literatura começou pelo levantamento de documentos, em diferentes plataformas e palavras-chave em português ou inglês, de modo a obter informação acerca dos “trabalhos existentes e disponíveis na área; conhecer os conteúdos, as questões cruciais e as lacunas existentes no atual estado do conhecimento; promover uma visão sobre as bases e os rumos da investigação” (Silva, 2021, p. 108), com o objetivo de saber como enriquecer a própria investigação. As referências bibliográficas dos documentos analisados viriam a revelar-se muito úteis, pois permitiram recuperar dados consideráveis.

A elaboração deste trabalho no âmbito dos arquivos e da arqueologia levantou algumas dificuldades, tendo em conta que a informação acerca desta área do conhecimento é escassa.

Foram definidos como objetivos:

- Descrição da UNIARQ, enquanto entidade produtora de documentação;
- Descrição da UNIARQ, enquanto entidade que custodia documentação;
- Descrição do sítio arqueológico “Mesas do Castelinho”;
- Elaboração de um Quadro de Classificação;
- A identificação da documentação, ao nível da série, do projeto Mesas do Castelinho;

- Descrição de documentos, ao nível da série, na plataforma *Archeevo*;
- Descrição de uma série, ao nível do documento.

Quanto à descrição, o objetivo foi utilizar os campos de descrição da norma ISAD (G) (Conselho Internacional de Arquivos (CIA), 2002), a Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias [ISAAR (CPF)] (Conselho Internacional de Arquivos (CIA), 2004) e as Orientações para a Descrição Arquivística (ODA) (Direção-Geral de Arquivos (DGARQ), 2011).

Instituição e Projeto

– UNIARQ

O Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa — UNIARQ — surgiu a partir do Projeto Carta Arqueológica do Algarve (CAALG) em 1977, enquadrado nos objetivos do Centro de História da Universidade de Lisboa.

A década de 70 foi um momento importante para a Arqueologia portuguesa, no sentido em que se desenvolveu bastante e, nesta altura, sentiu-se o impacto da disciplina através da criação de pré-especializações em Arqueologia nos Cursos de História, nas Faculdades de Letras da Universidade de Lisboa, do Porto e Coimbra (Pereira, 2020).

O ano de 1989 viria a ser essencial para a área da Arqueologia no Centro de História, uma vez que foi nesta data que foi enviado um pedido de alteração do nome para Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa, ao Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) e, mais tarde, as duas áreas dividiram-se, consolidando o papel da área da arqueologia nos Centros de Investigação.

Mais recentemente, a UNIARQ tem como objetivos a produção de conhecimento relacionado com comportamentos do passado, e essa produção do conhecimento é feita através do processamento dos dados recolhidos de diversos projetos e da sua interpretação. Para além disso, preocupa-se também com a

Investigação e a formação de excelência a nível internacional na área da Arqueologia e a promoção da cultura científica na sociedade civil, como responsabilidade social, visando tornar-se uma instituição de referência a nível nacional e internacional na investigação e formação em Arqueologia (Pereira, 2022, p. 7).

O Centro possui mais de dez projetos arqueológicos aos quais os seus investigadores se dedicam, tendo como objetivo a preservação dos materiais deles provenientes, uma vez que estes têm vindo a aumentar significativamente, nomeadamente dados de trabalho de campo, cultura material e estudos zooarqueológicos.

Na avaliação da organização de 2017/2018 foi referido que a solução para uma melhor preservação destes documentos, que deveriam permanecer apenas temporariamente na unidade, seria a sua digitalização e a construção de uma plataforma com relatórios, fotografias, bases de dados, desenhos, mapas, documentação relativa à gestão da entidade, entre outros, pudessem ser armazenados e acedidos (UNIARQ, 2017b).

– Projeto

Um dos Projetos que se destaca no Centro de Arqueologia é o de “Mesas do Castelinho”, que se localiza na Herdade do Castelinho Novo, perto da freguesia de Santa Clara-a-Nova, no concelho de Almodôvar.

O reconhecimento deste sítio arqueológico foi feito por José Leite de Vasconcelos, diretor do Museu Ethnológico, mediante as informações fornecidas pela população local, que se referiam ao local como uma “muralha num cerro” e “cidade amuralhada” (Vasconcelos, 1934, p. 243).

Nos anos 50 do século XX, Abel Viana, Veiga Ferreira e António Serralheiro identificaram o local como um “povoado castrejo” (Parreira, 2009, p. 19), mas só quando o local foi alvo de ações de destruição no final de 1986 é que, destacando-se nos meios de comunicação social, houve iniciativa do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) para intervir, e foi alvo de “trabalhos de proteção, valorização e investigação” (Fabião & Guerra, 1991, p. 305), que ainda se encontram em curso a título individual dos arqueólogos Carlos Fabião e Amílcar Guerra.

Organização do Fundo

Tendo em conta que os arquivos são considerados sistemas de informação, contêm três fatores: a estrutura orgânica, a funcionalidade e a memória (Gomes, 2012), às quais só se acede a partir de uma análise da entidade em estudo, já que é através dela que chegamos à informação acerca da organização funcional.

Esta informação permite ter acesso à “estrutura orgânica e a respetiva funcionalidade, sem descurar a submissão/sujeição da análise e da observa-

ção efetuadas a um confronto com a realidade; a análise da informação em si mesma permite-nos estudar e compreender os fatores serviço/uso e memória” (Gomes, 2012, p. 27).

Neste contexto, foi elaborado um quadro de classificação para a UNIARQ, analisando os estatutos do Centro, já que “toda a organização ou entidade tem determinados fins e objetivos que lhe dão origem e, para cumpri-los, dota-se de uma estrutura organizativa com funções precisas” (Marques, 2016, p. 36). Cada órgão, no cumprimento das suas funções, “produz, entre outras, uma atividade administrativa da qual derivam os documentos, cuja organização deve refletir o processo em que foram criados” (Marques, 2016, p. 36).

Primeiramente, foram analisados os relatórios de estatutos do Centro de Arqueologia de 2017 e de 2022 (UNIARQ, 2017a; 2022), tendo em conta que os organogramas elaborados pelo referido Centro não continham informação suficiente para a realização da investigação. Estes relatórios contêm os órgãos que fazem parte da organização, sendo que em 2017 estavam previstos os seguintes: o Diretor, a Comissão Científica, a Comissão Coordenadora e a Comissão de Acompanhamento Externo; e em 2022: o Diretor (e os Subdiretores), a Comissão Científica e a Comissão de Acompanhamento Externo.

Cada um destes órgãos tem as suas funções e atividades distintas, coordenadas através de relações de autoridade, que “tornam possível o funcionamento da organização” (Teixeira, 1998, p. 83), de modo que cada um as execute da melhor forma.

Na base da elaboração de um quadro de classificação, deve ser tida em conta tanto a transversalidade como a interoperabilidade semântica, de forma que o mesmo possa responder a diferentes necessidades, mas em mais do que uma organização. Neste caso, uma vez que o objeto de estudo é a UNIARQ, uma entidade específica que tem disposições e forma de funcionar próprias, dado que depende de uma instituição, não foi tida em conta a característica da transversalidade, originando um quadro de classificação especificamente para este contexto e dos demais centros de investigação e tendo em conta a documentação gerada e conservada no local.

O quadro de classificação foi elaborado a partir das funções e atividades dos órgãos da UNIARQ e através do levantamento de toda a documentação gerada nesta unidade, a qual apresenta a seguinte estrutura:

- O código de referência, que determina a ordem hierárquica;
- Os órgãos que fazem parte da UNIARQ;
- As funções ou atividades que cada órgão realiza;
- A tipologia documental a que corresponde cada função ou atividade.

A figura 1 demonstra a organização e representação da documentação de forma hierárquica segundo a organização arquivística, em que as funções (que são desempenhadas por órgãos), que equivalem ao discurso funcional, dão origem ao discurso documental, no sentido em que uma função corresponde à materialização num determinado tipo de documento.

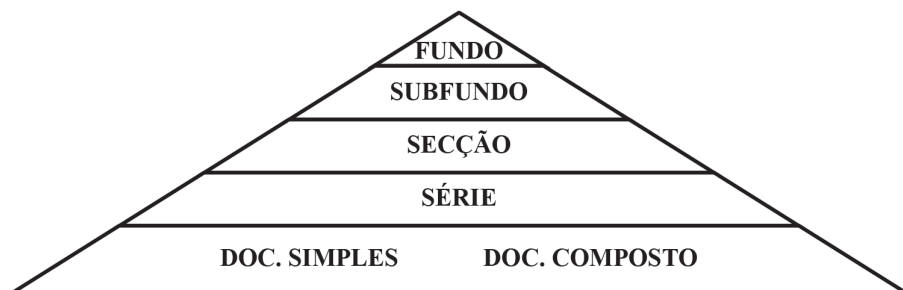


Figura 1 – Conceitos de organização da documentação. Fonte: Elaborada pela própria.

Já na figura 2, encontram-se os conceitos aplicados em relação à UNIARQ, especificamente, sendo que no topo da pirâmide localiza-se a FLUL, como fundo; de seguida a UNIARQ, como subfundo; o Projeto “Mesas de Castelinho”, como secção e as diferentes tipologias irão dar origem às séries, das quais poderão, ou não, derivar documentos simples ou compostos.



Figura 2 – Conceitos de organização da documentação aplicados à UNIARQ. Fonte: Elaborada pela própria.

Descrição da Coleção

Para a representação da informação arqueológica resultante do projeto “Mesas do Castelinho”, assumiram-se a norma *ISAD (G): Norma Internacional*

de Descrição Arquivística (Conselho Internacional de Arquivos (CIA), 2002), a *Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias* ISAAR (CPF) (Conselho Internacional de Arquivos (CIA), 2004) e as *Orientações para a Descrição Arquivística* (ODA) (Direção-Geral de Arquivos (D GARQ), 2011) como forma de normalização do vocabulário. O facto de haver descrições de acordo com as normas definidas facilita a pesquisa e a troca de informação, quer a nível nacional, quer internacionalmente (Direção-Geral de Arquivos (D GARQ), 2011).

Atendendo a que se trata de uma organização hierárquica e que apresenta níveis intermédios, ou seja, o subfundo, esta denomina-se descrição multinível e tem em conta as seguintes regras:

Apresentar as descrições resultantes numa relação hierárquica entre a parte e o todo, procedendo ao nível mais geral (fundo) para o particular (documento); utilizar apenas informação pertinente para o nível de descrição em causa e evitar a repetição de informação em descrições arquivísticas hierarquicamente relacionadas (António & Silva, 2006, p. 49).

De seguida, apresenta-se uma tabela que contém um exemplo de descrição, baseada nos campos de informação para descrição da norma ISAD (G) (Conselho Internacional de Arquivos (CIA), 2002). Neste caso, a do nível de secção, corresponde ao próprio Projeto “Mesas do Castelinho”.

Zona de Informação Arquivística	Elementos de Descrição		Descrição
	Código de Referência	PT-UNIARQ/MCA	
Zona da Identificação	Título	Mesas do Castelinho	
	Data(s)	1950 -	
	Nível de Descrição	Secção	
	Dimensão e Suporte	54 cx.	
	Nome do Produtor	Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa	
	História Administrativa/Biográfica	O sítio arqueológico Mesas do Castelinho localiza-se na Herdade do Castelinho Novo, perto da freguesia de Santa Clara-a-Nova, no concelho de Almodôvar. Foi José Leite de Vasconcelos, o então diretor do Museu Ethnológico, que reconheceu este sítio arqueológico pela primeira vez, mas não chegou a visitá-lo, referindo-se a descrições feitas pela população local, tais como “muralha num cerro” e “cidade amuralhada” (Vasconcelos, 1934, p. 243).	

Mais tarde, nos anos 50 do século XX, o local foi analisado de forma mais pormenorizada, e Abel Viana, Veiga Ferreira e António Serralheiro classificaram-no como um “povoado castrejo” (Parreira, 2009, p. 19). Segundo o *Dicionário de Arqueologia Portuguesa* (Alarcão & Barroca, 2012, p. 89), castro é o “nome que designa um povoado de altura, regra muralhado, com distintos tipos de implantação topográfica, por vezes relacionada com cursos de água (...). Embora a designação possa ser adotada para povoados com ocupação de distinta cronologia, generalizou-se aos da Idade de Ferro”. Quando assim foi classificado, “já então se tinha registado duas importantes ações de destruição, (...) devida a um caçador de tesouros” (Fabião & Guerra, 1991, p. 305). Quando desta destruição, que ocorreu no final de 1986, torna-se um dos assuntos de destaque dos meios de comunicação social, pelo que “o local fora adquirido por um novo proprietário que se dedicou, por pouco tempo, mas com grande eficiência, à cava mecânica sistemática do mesmo, com o demencial objetivo de descobrir um possível tesouro oculto no seu subsolo” (Fabião & Guerra, 1991, p. 305).

Zona do Contexto

A partir de 1988, com a intervenção do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), o local foi adquirido pelo Estado e foi, finalmente, alvo de “trabalhos de proteção, valorização e investigação” (Fabião & Guerra, 1991, p. 305), que ainda hoje decorrem. Neste sítio arqueológico, foi registada a “presença de cerâmica ática, (...) artefactos da Idade do Ferro e do período Romano, bem como alguns indícios de uma ocupação islâmica”, podendo ainda dizer-se que a história da fortificação do local “decorreu no contexto do mundo islâmico meridional, nada tendo a ver com o processo da chamada reconquista cristã” (Fabião & Guerra, 2001).

Zona do Conteúdo e da Estrutura	Âmbito e Conteúdo	Ao longo do tempo em que a escavação foi sendo explorada, os investigadores verificaram que houve uma ocupação, denominada II Idade do Ferro, “com um povoado fundado nos finais do século V a.C. e continuamente ocupado até aos inícios do século II d.C., altura em que é abandonado” (Estrela, 2013, p. 102). Já entre os séculos IX e XI-XII, sob o domínio islâmico, é observada uma fortificação islâmica do período Omlada. Para além disso, a recolha de elementos botânicos e de faunas, que no contexto arqueológico dizem respeito a restos de animais, permitiu fazer uma reconstituição do ambiente, sendo possível evidenciar uma floresta, agricultura de trigo e cevada e pecuária (Fabião & Guerra, 2001). A investigação (e a escavação) do sítio “Mesas do Castelhinho” tinha como objetivos iniciais o “levantamento topográfico do sítio com a devida sinalização de todas as áreas afetadas; início da reposição da topografia primitiva em algumas zonas; lavagem, marcação e contorização dos inúmeros fragmentos de cerâmica” (Fabião & Guerra, 2008) e, no geral, o propósito seria a conservação do sítio arqueológico, a sua investigação e valorização, através da criação de condições para visitantes e eventualmente de um museu acerca do sítio. Foi o Museu Arqueológico e Etnográfico Manuel Vicente Guerreiro que criou uma sala dedicada ao espólio encontrado no sítio arqueológico, e existem outros materiais em Santa Clara-a-Nova, no núcleo museológico e numa reserva. Os vestígios encontrados estão dispersos numa área de aproximadamente 4 hectares, com uma plataforma superior arredondada, a plataforma A, e uma plataforma B com contornos trapezoidais (Estrela, 2013). Em relação à metodologia utilizada, foi posta em prática a estratégia de escavação em área, tendo em conta que é a que mais se adequa quando é possível evidenciar múltiplas ocupações no mesmo sítio (Fabião & Guerra, 1989).
	Sistema de Organização	Contém todos os documentos, independentemente da sua tipologia documental, provenientes do Projeto “Mesas do Castelhinho” Organizado em caixas

Zona das Condições de Acesso e de Utilização	Condições de Acesso	Base de dados da aplicação Archeevo; presencial, mediante solicitação de acesso para fins de investigação
	Idioma/Escrita	Português
	Características Físicas e Requisitos Técnicos	Papel A3 em estado razoável de conservação.
	Existência e Localização de Originais	Localizam-se no Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; Museu Arqueológico e Etnográfico Manuel Vicente Guerreiro; Santa Clara-a-Nova, no núcleo museológico e numa reserva. Alarcão, J., & Barroca, M. (2012). <i>Dicionário de Arqueologia Portuguesa</i> . Livraria Figueirinhas. Estrela, S. (2013). Mesas do Castelhinho (Almodôvar): uma aldeia amuralhada na paisagem da idade do Ferro do Baixo Alentejo. <i>Arqueologia & História</i> , (62-63), 101-115. Fabião, C., & Guerra, A. (2008). Mesas do Castelhinho (Almodôvar): um projecto com vinte anos. <i>Al-Madan</i> , (16), 92-105. Fabião, C., & Guerra, A. (1989). <i>Trabalhos no Povoado Fortificado de "Mesas do Castelhinho"</i> . Almodôvar. Vasconcelos, J. L. de. (1934). Excursão pelo Baixo Alentejo: 1897. <i>O Arqueólogo Português</i> , XXIX, 230-246. Parreira, J. (2009). <i>As Ânforas Romanas de Mesas do Castelhinho</i> [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. http://hdl.handle.net/10451/446 Fabião, C., & Guerra, A. (1991). <i>Atas das IV Jornadas Arqueológicas</i> . Associação dos Arqueólogos Portugueses. Guerra, A., & Fabião, C. (2002). Mesas do Castelhinho, Almodôvar: uma fortificação rural islâmica do Baixo Alentejo. In I. C. F. Fernandes (Coord.), <i>Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos</i> (pp. 171-176). Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela.
Zona do Controlo da Descrição	Regras ou Convenções	Descrição com base nas ODA (Direção-Geral de Arquivos (DGARQ), 2011) e na ISAD (G) (Conselho Internacional de Arquivos (CIA), 2002)
	Data(s) da Descrição(ões)	10 de março de 2023

Tabela 1 – Descrição Arquivística da Secção do Projeto “Mesas do Castelhinho”. Fonte: elaborada pela própria.

Conclusão

Tendo em conta o valor que se pretende dar aos arquivos arqueológicos, o Projeto “Mesas do Castelhinho”, levado a cabo por investigadores da UNIARQ, é relevante no sentido em que a sua documentação permitiu organizar e descrever alguma informação do mesmo, o que significa que é um trabalho que se encontra em curso, numa plataforma *online*, para se poder aceder à coleção e para que possa ser estudada livremente.

A descrição dos diferentes níveis de organização da documentação passou pela contextualização tanto da UNIARQ, que corresponde ao nível do subfundo, como do Projeto, ou seja, o nível de secção. Mais tarde, após a realização de um quadro de classificação, que indica todo o tipo de documentação manuseada no centro através das funções e atividades dos diferentes órgãos, observaram-se os materiais que dariam origem ao nível da série, salientando-se os desenhos, os diapositivos, as fotografias, as provas de contacto e os relatórios de escavação, terminando com um exemplo de descrição da documentação (Tabela 1).

É importante, no futuro, ter em conta outros centros de investigação que ainda não possuam um plano de organização da documentação em formato digital, já que estes permitem que o conhecimento se alargue a outras áreas.

Bibliografia

- Alarcão, J. & Barroca, M. (2012). *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Livraria Figueirinhas, Porto.
- Almeida, M. J. de. (2022). Conservação pelo Registo: qual Registo? *Al-Madan – Arqueologia | Património | História Local*, 94-98.
- António, J., & Silva, C. (2006). *Organização de Arquivos Definitivos: Manual ARQBASE*. Edições Colibri.
- Barroso, C. (2019). *Sistema de Informação e Documentação de Coleções Arqueológicas do Museu Nacional de Arqueologia: Diagnóstico e Contributos para o seu Desenvolvimento* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. RUN – Repositório Universidade Nova. <https://run.unl.pt/handle/10362/60861>
- Carvalho, M. (2019). *UMinho. Alcaide é o primeiro software para gestão de informação arqueológica*. ComUM. <https://www.comumonline.com/2019/10/uminho-alcaide-e-o-primeiro-software-para-gestao-de-informacao-arqueologica/>
- Conselho Internacional de Arquivos (CIA). (2002). *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística*. (2ª ed.). Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. <http://arquivos.pt/wp-content/uploads/sites/11/2010/08/isadg.pdf>

- Conselho Internacional de Arquivos (CIA). (2004). *ISAAR (CPF): Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias/Conselho Internacional de Arquivos*. (2ª ed.). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- Cunha, M., & Cavalcanti, C. (2008). *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Briquet de Lemos, Livros.
- Decreto-Lei n.º 164/2014 da Presidência do Conselho de Ministros. (2014). Diário da República: I Série, n.º 213. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/164-2014-58728911>
- Decreto-Lei n.º 270/99. (1999). Diário da República: I Série-A, n.º 163. https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=845&tabela=leis
- Direção-Geral de Arquivos (DGARQ) – Grupo de trabalho de normalização da descrição em Arquivo. (2011). *Orientações para a Descrição Arquivística* (3.ª versão). Direção-Geral de Arquivos (DGARQ). <https://act.fct.pt/wp-content/uploads/2014/05/ODA-3%C2%AA-vers%C3%A3o.pdf>
- Estrela, S. (2013). Mesas do Castelhino (Almodôvar): uma aldeia amuralhada na paisagem da idade do Ferro do Baixo Alentejo. *Arqueologia & História*, (62-63), 101-115.
- Fabião, C. (1989). Para a História da Arqueologia em Portugal. *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, (2), 10-26.
- Faria, M., & Pericão, M. (2008). *Dicionário do Livro – da Escrita ao Livro Eletrónico*. Almedina.
- Filipe, G. (2014, outubro 31). *Sistema de Informação e Documentação como Eixo da Planificação e da Programação Museais e Cerne do Conhecimento e da Mediação de Património e Coleções* [apresentação]. III Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus – Desafios da gestão integrada dos acervos nos Museus, Museu de Cerâmica de Sacavém, Lisboa.
- Gomes, L. (2012). *A Estrutura Orgânica e Funcional da Administração da Universidade de Coimbra e a sua Projecção no Respetivo Arquivo* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/12280>
- Guerra, A., & Fabião, C. (1989). *Trabalhos no Povoado Fortificado de “Mesas do Castelhino” – Almodôvar*. [s.n.].
- Guerra, A., & Fabião, C. (1991). *Atas das IV Jornadas Arqueológicas*. Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Guerra, A., & Fabião, C. (2002). Mesas do Castelhino, Almodôvar: uma fortificação rural islâmica do Baixo Alentejo. In I. C. F. Fernandes (Coord.), *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos* (pp. 171-176). Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela.
- Guerra, A., & Fabião, C. (2008). Mesas do Castelhino (Almodôvar): um projecto com vinte anos. *Al-Madan*, II Série, (16), 92-105.
- Marques, I. (2010). *O Museu Como Sistema de Informação* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/55282>
- Marques, S. (2016). *A Organização Arquivística. O Fundo Administração do Concelho de Torres Vedras*. Edições Colibri.
- Parreira, J. (2009). *As Ânforas Romanas de Mesas do Castelhino* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/446>

- Pereira, A. (2020). Da CAALG à UNIARQ: a génese do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa no quadro do sistema científico de meados dos anos 70 a meados dos anos 90 do século XX. *OPHIUSSA, Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa*, 4, 216-224. <https://ophiussa.letras.ulisboa.pt/index.php/ophiussa/issue/view/1/5>
- Pereira, A. (2022). Avaliação e Reajuste do Plano de Comunicação Estratégico do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Relatório.
- Perrin, K., Brown, D., Lange, G., Bibby, D., Carlsson, A., Degrave, A., Kuna, M., Larsson, Y., Pálsdóttir, S., Stoll-Tucker, B., Dunning, C., & Rogalla Von Bieberstein, A. (2019, Maio). *Normas e Orientações para Arquivos de Arqueologia na Europa*. EAC Guidelines 1.
- Ruivo, T. (2019). *O lugar dos arquivos no museu: traços de uma relação* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/41421>
- Silva, A. M. da. (2015). Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível... *Cadernos BAD*, (1), 103-124. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/79392/2/102723.pdf>
- Silva, C. G. da. (2019). O Conceito de 'Arquivo' Revisitado: Com e Sem Adjetivação". In *Investigação em Ciência da Informação* (pp. 29-36). Edições Colibri.
- Silva, C. (2021). Investigação Documental. In J. Gonçalves, C. Marques, & S. Gonçalves (Coord.), *Manual de Investigação Qualitativa: Conceção, Análise e Aplicações* (pp. 103-123). Editora Factor.
- Sousa, A. (2013). A Revisão do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos e os Contextos Sociais da Arqueologia Portuguesa no Século XXI: uma Breve Reflexão. *Revista Património*, (1), 36-42.
- Sousa, A., Torquato, F., Bragança, F., & Kunst, M. (2015). O Arquivo Leisner (Instituto Arqueológico Alemão): o acervo epistolar (1936-1974). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 18(1), 267-288.
- Swain, H. (2012). Archive Archaeology. *The Oxford Handbook of Public Archaeology*, 2, 351-367.
- Teixeira, S. (1998). *Gestão das Organizações*. Editora McGraw-Hill.
- UNIARQ. (2017a). *Estatutos do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa*. UNIARQ.
- UNIARQ. (2017b). *Unidade de Investigação de Avaliação 2017/2018*. UNIARQ.
- UNIARQ. (2022). *Estatutos do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa*. UNIARQ.
- Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (2022, maio 30). *Relatório do Workshop de Gestão e Administração de Dados Arqueológicos Digitais* [workshop]. COST SEADDA CA18128 "Saving European Archaeology from the Digital Dark Age, Universidade do Minho, Braga.
- Vasconcelos, José L. de. (1934). Excursão pelo Baixo Alentejo: 1897. *O Arqueólogo Português*, XXIX, 230-246.

